

PADRE CÍCERO E SEU ESPÍRITO PÚBLICO

Personagens que, por sua existência contraditória, por sua forte ação, por seu desempenho intenso e fora dos padrões considerados normais e corriqueiros, tenham deixado marcas indelévels na História, este gênero de personagens, repito, tendem quase sempre a provocar dissensão e a suscitar polêmica na interpretação de seus atos, de sua personalidade e de seu percurso vital. O Pe. Cícero Romão Batista (1844-1934) é, na nossa história provincial e regional, a mais bem talhada figura a entrar no molde dessa tendência.

Assim, diferentemente do que costuma rezar a tradição segundo a qual o distanciamento trazido pelo tempo propiciaria a serenidade da análise crítica e de seu julgamento, quanto mais se torna longínqua a sua existência concreta, tanto mais acumula-se a montanha dos escritos de seus detratores e de seus apologistas. Dessa literatura vasta e desigual a seu respeito, talvez a única validade resida no registro de alguns fatos relevantes; e, por vezes, nem isso, visto que não passam de meras repetições. Além do mais, sua hermenêutica inclina-se sempre no rumo que torna exclusivas as vias de acesso, que enquadra rigidamente os questionamentos, tendendo a obstar ou dissimular a possibilidade de outros olhares e, enfim, a adensar a bruma da incompreensão no horizonte de sua historiografia. Daí que sejam raras as obras que, como *Milagre em Joazeiro*, de Ralph Della Cava, logram escapar a essa espécie de maldição que se exprime numa obsessão persecutória ou laudatória.

Mas impõe-se, como exigência permanente, a revisão de rumos. A tarefa é difícil, mas não é impossível. Posto que, no caso, esteja em jogo antes a obra de uma vida e não, propriamente, obra literária do passado, pode-se encontrar bom

EDUARDO DIATYH B. DE MENEZES*

RESUMO

Estudo crítico da correspondência mantida pelo Padre Cícero, ressaltando as questões que o inquietavam, seu espírito público e sua índole missionária. Anexa Índice das Pastas e Arquivos do Padre Cícero depositado em Juazeiro do Norte.

*Professor Titular do Departamento de Ciências Sociais e Filosofia da UFC.

princípio de leitura crítica nesta sintética e lúcida observação do vetusto Cônego Fernandes Pinheiro (1825-76), conservador, porém de boa cepa em matéria de ensaio histórico: "Condição essencial é do crítico a transportar-se pela imaginação à época em que foi escrita a obra que tem de julgar, fazendo consciencioso estudo das idéias que então dominavam(...)"¹. Obviamente, não pretendo aqui

empreender esse esforço. Apenas assinalo o caminho a explorar. E para ilustrá-lo, nos limites desta exposição, pinçarei três ou quatro exemplos na vasta, complexa e fecunda atividade do criador da cidade de Juazeiro do Norte, no Ceará. Para tanto, utilizarei cópias ou documentos originais da extensa correspondência que manteve o padre ao longo de sua vida, correspondência quase sempre cuidadosamente arquivada.² A maior parte do acervo da documentação *ciceroniana* constitui hoje os "Arquivos do Padre Cícero", cujos depositários são os Salesianos de Juazeiro do Norte (Ceará), seus herdeiros testamentários. Todavia, parte significativa desse material desapareceu, extraviou-se ou se deteriorou. Mesmo assim, são milhares de documentos manuscritos ou datilografados, pois o Padre, inclusive pela prudência que lhe aconselhava a longa luta que teve de manter com o autoritarismo de seus superiores hierárquicos, cultivava a louvável providência de reproduzir a correspondência que expedia ou recebia. Tais cópias foram na sua maioria manuscritas por ele mesmo, pois só depois de 1926, aos 82 anos de idade, quando a dupla catarata se intensificara, é que se observam outras caligrafias: ou seja, a partir dessa data, quase tudo que escreveu era ditado e os textos manuscritos ou datilografados vêm assinados por ele. Além dessa documentação, existem dezenas de livros que foram da sua biblioteca particular. Foi somente a partir de

1964 que Ralph Della Cava, com a ajuda do bibliotecário do Colégio Salesiano, Pe. Manuel Isaú, iniciou a enorme tarefa de organização e classificação desse arquivo. Algum tempo depois, foram tiradas cópias xerográficas desse material e distribuídas a alguns *cicerólogos* (Amália Xavier de Oliveira, Renato Casimiro, Luitgarde de Oliveira, etc.). Posteriormente, desde 1976, o Pe. Antenor de Andrade Silva, então diretor do Colégio, assumiu a responsabilidade de sua divulgação mediante algumas publicações.³

Um aspecto que ressalta à vista de quem se der ao trabalho de percorrer essa volumosa correspondência, que se manteve regularmente até perto de sua morte em 20 de julho de 1934 — tanto a que já foi organizada e publicada, quanto aquela que se acha dispersa em arquivos privados de inúmeras pessoas —, é o seu arguto senso da realidade, a constante dedicação à sua gente romeira, o atento e empenhado interesse pelas graves questões de sua região e do país, enfim, numa palavra, seu admirável espírito público.

Uma das questões que mais parecia inquietar o seu espírito generoso era naturalmente a presença cíclica das secas no vasto território de nosso semi-árido, das quais ele testemunhou, na sua longa existência de quase 90 anos, algumas das maiores, como as de 1877-1880, 1888-1889, 1903-1904, 1915 e a de 1931-1932.

Quando da pavorosa seca de 1915, aquela que fornecera o quadro para o primeiro romance de Rachel de Queiroz, constata-se amplamente a sua empenhada diligência em buscar soluções, conforme se constata neste telegrama, de 11 de novembro daquele ano, ao "Dr. Floro", que se achava em Fortaleza: "Faça esforço telegraphando Governo salvar vidas mandando ja trabalhos, socorros. Aqui sepultam todos dias de pura fome. Outros caídos ruas, caminhos. Socorros agenciados todos Estados, nada vem aqui. (...). Cearenses tem direito reclamar. Pe. Cícero".

Desde essa época, segundo se pode observar em carta datada de "Joaseiro, 12 de outubro de 1915", dirigida ao Dr. Thomaz Pompeu Sobrinho,⁴ na qual o Pe. Cícero afirma ter escrito ao "illustre Dr. Aarão Reis,⁵ pedindo para que mande iniciar os trabalhos do açude de Carás, já estudado, bem como outras obras públicas, a fim de que, por esses meios, possa salvar-se a população desta zona, maximé desta cidade que está a morrer de fome. (...). Ao Mestre amigo peço empregar toda sua influência perante o digno Dr. Aarão...".

E pelas décadas seguintes, é possível acompanhar suas insistentes demandas junto às autoridades para

construção desse Açude Carás. De fato, em carta de 28 de fevereiro de 1934, na sua avançada velhice, ele ainda se dirigia ao "Dr. José Américo [de Almeida], Ministro da Viação, para lembrar-lhe a promessa dessa obra: "Tanto lhe tenho pedido o que ainda vai ser o objectivo desta que já temo ser considerado importuno. V. Excia. entretanto me saberá desculpar porque sabe, por conhecimento proprio, que se trata de pedido justo e patriótico, cuja insistência, de minha parte, se apoia no meu grande amor a esta terra e á sua gente, adivinhando, certamente, que me refiro á construção do "Açude Carás". Quando V. Excia. andou aqui e, pessoalmente observou o local desse reservatorio, deixou-nos a confiança inabalavel de que o açude seria construido. Entretanto, não sei porque motivo, longo já é o silêncio sobre o assumpto. Mas elle nos interessa profundamente, porque o consideramos problema vital da continuidade do progresso de Joaseiro, e dahi a razão porque não me canço de bater á porta de V. Excia., na esperança de ainda ser atendido. (...). Isto aliás nada valerá (*Pe. Cícero referia-se aos custos da obra*) em comparação com o beneficio patriótico que V. Excia. fará a esta terra e ao seu povo, dando meios sufficientes para a definitiva estabilidade de uma cidade de cerca de cincoenta mil habitantes...". E terminava a carta, firmando-a com assinatura trôpega e quase ilegível.

Nessa mesma quadra, que se desenrola à volta da destruidora seca de 1932, há um longo telegrama do Padre para o mesmo Ministro José Américo (cuja cópia ele assinala ter enviado também para o Presidente Getúlio Vargas), que vale como um testemunho ousado e veemente de sua dedicação ao seu povo nordestino, mas também onde já se notam as divergências e desigualdades regionais entre norte e sul do país: "Em 16 abril 1932. Dr. José Américo, M. D. Ministro Viação - Rio. Acabo ler jornaes Fortaleza governo deliberou conceder passagem flagellados nordeste, fim escaparem terrivel morte pela fome em outro lugares mais favorecidos natureza. Minha alma de sacerdote e patriota sente-se profundamente compungida com esse exilio forçado nossos patricios, como certamente se sentirá a de V. Excia. authentico nordestino, tanto pela origem, como pela grandeza, generosidade e heroismo das acções. Nestas condições, peço a V. Excia. que, como legitimo representante deste povo soffredor e forte, e prestigiado auxiliar do actual governo da Republica, se opponha a essa medida extrema e dolorosa de supposta salvação da nossa gente, ja em outros tempos lembrada, como um escarneo aos nossos sofrimentos, por certas mentalidades do Sul. Confio

que V. Excia. agirá com desassombro e os maiores esforços no sentido de se conseguir que os nossos patricios sejam socorridos nos seus proprios Estados, como é patriótico e humano. Mande pois o governo trabalho e elles, derramando o seu suor, se salvarão sem o sacrificio supremo de abandonarem seus lares e a terra querida onde nasceram, contribuindo ao mesmo tempo para o desenvolvimento e grandeza da Nação. (...). Espero na sabia, generosa e superior administração do actual governo que, ouvindo o nosso clamor, attenderá ao nosso pedido, mandando sem demora necessarios recursos para salvação de um povo que é incontestavelmente, na expressão de Euclides da Cunha, o cerne da nacionalidade".

Na mesma época, o jornal *O Globo*, do Rio de Janeiro, reproduziu esse telegrama.

Noutro telegrama desse período, dirigido ao presidente Getúlio Vargas, o Padre Cícero retoma essa mesma preocupação: "Inteirado patriótica sugestão desembargador Olivio Camara abertura credito especial 20 mil contos [*de réis*] para immediato socorro flagellados nordeste, iniciando-se serviços diferentes municipios regiões torturadas crise climaterica, tomo liberdade insistir, perante V. Excia., serem atacados trabalhos ramal ferroviario Joaseiro-Barbalha, açude Carás ja estudado, bem como prolongamento RVC partindo de Missão Velha...".

Por outro lado, em meio à sua correspondência passiva, não é difícil assinalar cartas e telegramas de personalidades ou instituições que buscavam e agradeciam a ajuda prestada pelo Padre Cícero a questões do mesmo gênero. É o caso, por exemplo, de carta datada de Orós, em 3 de abril de 1922, a ele dirigida por J. A. Sargent, Superintendente de "Dwight P. Robinson and Company, Inc., Engineers And Constructors, Administradores pela Inspectoria Federal de Obras contra as Seccas", na qual, entre outros assuntos, ele agradece ao Padre: "O valioso auxilio de V. Revma. e os esforços do Sr. José Macedo em angariar pessoal para os nossos serviços, são immensamente apreciados por nós".

Para concluir esse rápido perfil da face pública do Padre Cícero, em sua índole missionária, porém atenta à importância política de problemas cruciais para o interesse nacional, como fora a campanha de que resultou a Constituição de 1934, reproduzo a seguir os trechos principais de valiosa carta ao Dr. Alceu de Amoroso Lima, mais conhecido por Tristão de Athayde, seu pseudônimo literário. Antes, porém, seria fecundo contrastar o texto desta carta com alguns trechos de um editorial apaixonado, preconceituoso, mordaz e cruel do jornal *O Ceará*, de 9 de abril de 1926, quando, após a morte de Floro Bartolomeu, que ocupava então seu segundo

mandato como deputado federal, o nome do Padre Cícero foi indicado para substituí-lo:

"O Ceará em peso ficou certo ontem de que o Padre Cícero aceitou sua candidatura para representante do Estado.

(...).

Estando nós entre os que pensam dever ser a representação de um Estado confiada a sua elite intelectual e aos seus valores sociais, enfileiramos-nos, por isso, na legião contrária à indicação do nome do chefe político do Juazeiro. (...).

Possui o candidato conservador energia física e capacidade intelectual para desempenhar com eficiência o mandato que se lhe vai confiar em nome do povo?

Evidentemente que não.

Octogenário, de saúde profundamente combalida, faltar-lhe-á talvez a força para empreender uma viagem ao Rio, onde tem de exercer as suas funções de nosso mandatário.

Sob o ponto de vista cultural, por mais baixo que esteja o nível da Câmara, S. S., não está em condições de representar a intelectualidade cearense. De inteligência não acima do comum, tendo a ilustração teológica dos seus pares, o pastor do Juazeiro, por ter confinada toda a sua vida na estreiteza do meio sertanejo, é hoje um cérebro anquilosado, povoado de imagens do fanatismo e do cangaceirismo. (...).¹⁶

O editorialista se prolonga por vários comentários em que imagina perversamente situações ridículas que o Padre representaria na capital da República no exercício desse mandato, ao qual na verdade renunciou. A melhor resposta ao texto do jornal de oposição encontra-se na carta que, segundo assinalai acima, o velho sacerdote escreveu a Tristão de Athayde seis anos depois daquele editorial. Veja-se o seu teor:

"Joaseiro, 18 de outubro de 1932.

Amigo Snr. Dr. Tristão de Athayde.

Minhas Saudações.

Quando se encontrava em plena actividade a revolução de São Paulo, dirigi a sua Eminencia o Sr. Cardeal D. Sebastião Leme o telegrama cuja copia envio.

Naquelle tempo, preocupava-me o espírito o horror da guerra fratricida, que ensanguentava o fecundo solo da terra bandeirante, pondo em risco até a integridade do Brazil.

Agora, voltam-se as minhas preocupações para outra questão de igual ou, quiçá, de maior importância, sobretudo para nós catholicos, a questão da reforma constitucional. De facto, os legisladores de 91, infiltrados do virus pernicioso

do positivismo, deram-nos uma constituição atbêa, carecida de orientação pratica, albeia às necessidades brasileiras; e dabi o cortejo infundavel dos males, que acompanbaram a nossa Republica, desde o seu inicio, e tiveram o seu epilogo na revolução de outubro de 1930.

Entendo, consequentemente, que os destinos de nossa nacionalidade, a partir da nova phase constitucional do Paiz, dependerão, visceralmente, da magna carta que nos ha de reger.

Se ella ainda vier afastada de Deus, dos ensinamentos da moral christã, sem o senso pratico, as cautelas, as previsões, que a experiencia aconselha, caminharemos, inevitavelmente, para o abysmo, vivendo, d'ora em diante, de choque em choque, de esbanjamentos em esbanjamentos, de erro em erro, até a ruina completa da Nação.

Mesmo na historia hodierna da America, encontraremos exemplos justificativos desse nosso modo de pensar. Basta volvermos o olhar para o México de Cales.⁷ Quando esse terrivel caudilho se desbragava em inominaveis violencias contra o clero e a Igreja de sua Patria, invocava, para cohonestar os seus crimes, certos dispositivos que a inexperiencia ou maldade dos legisladores da sua terra enxertaram na constituição.

Portanto, nós brasileiros e, principalmente, nós catholicos, devemos estar alertos [sic!] na elaboração de nosso futuro pacto fundamental. E o Senhor, que é um catholico sincero e um espirito brilhante, deve, quanto antes, occupar o lugar de destaque que lhe é, naturalmente, reservado, na vanguarda da campanha constitucionalista, defendendo certas idéas.

Quanto a mim, desejaria, principalmente, que se instituissem normas pondo freio á falta de escrupulo com que os nossos administradores teem sacrificado o Paiz, em transações criminosas [as mesmas "tenebrosas transações" de que muito mais tarde falará Chico Buarque], como são as concessões de terras a estrangeiros, os empréstimos externos etc. Isso deverá ficar expressamente prohibido, com a cominação de não ficarem os brasileiros responsaveis por taes transações.

Desejaria mais que fosse criado um tribunal⁸ permanente, com as attribuições de organizar os planos para a solução dos differentes problemas da Nação, ou seja, o plano geral da administração do Paiz, o que asseguraria a continuidade dessa administração, evitando-se o prurido de inovações de cada governo que surge, sempre em contraposição ás iniciativas dos governos que saem.⁹ (...).

Trabalhe, Snr. Athayde, para que tenhamos uma

constituição orientada por estas idéas. Entenda-se com sua eminencia, o Snr. Cardeal, e consiga que Elle chefie essa campanha, dando instruções a todos os Bispos e Arcebispos para que ponham em acção o clero, afim de podermos despertar o civismo dos catholicos do Brazil, fazendo victoriosas estas nossas aspirações.

Se isso acontecer, terá o Snr. contribuido para a felicidade e para a grandeza da nossa idolatrada Patria.

Com muita admiração subscrevo-me.

Seu velho am^o. att^o.

Pe. Cícero Romão Batista."

ANEXO

Pastas do Arquivo de Padre Cícero Romão Batista

01. Documentos Avulsos: 1926-1934
02. Correspondência Política e Oficial: 1911-1926
03. Diário Espiritual: 09 de julho de 1919
04. Correspondência com D. Joaquim José Vieira: 1889-1910
05. Correspondência com D. Joaquim José Vieira: 1884-1890
06. Correspondência com Pe. Alexandrino de Alencar, D. Quintino, D. Francisco de Assis Pires e D. Manuel
07. Correspondência Política e Oficial: 1900-1910
08. Floro Bartolomeu
09. Livro de José Marrocos sobre os Fatos de Juazeiro
10. Ainda sobre José Marrocos
11. Correspondência Política e Oficial: 1911-1914
12. Correspondência Pessoal e Oficial: 1827-1898
13. Relatório e Processo sobre os Fatos de Juazeiro. Outros documentos
14. Correspondência com Juvêncio Santana
15. Correspondência com D. Luiz Antônio dos Santos: 1872-1880
16. Questão Religiosa: 1899
17. Questão Religiosa: 1898
18. Questão Religiosa: 1897
19. Documentos Importantes separados das pastas originais: 1889-1924
20. Comércio
21. Legião da Cruz
22. Correspondência para Pe. Cícero, Antero, Glycério. Mons. Monteiro, Sother
23. Vários Documentos
24. Questão Religiosa: 1893-1896
25. Correspondência do Pe. Cícero, Clero, Ordens Religiosas, etc.
26. Fatos do Juazeiro e Questão Religiosa
27. Correspondência depois da morte: 1935- 1939
28. Correspondência do Pe. Cícero
29. Município do Juazeiro
30. Missas
31. Salesianos
32. Terras, Casas, Heranças, Juros

33. Questão Religiosa: 1891
34. Questão Religiosa: 1892
35. Questão Religiosa a partir de 1900
36. Correspondência pessoal do Pe. Cícero; por vezes refere-se à Questão Religiosa
37. Documentos de 1890-1899
38. Missas e outros documentos
39. Missas
40. Beata Mocinha
41. Pedidos Populares ao Pe. Cícero: 1900-1908
42. Pedidos feitos em 1909
43. Pedidos de janeiro a junho de 1910
44. Pedidos de julho a setembro de 1910
45. Pedidos de outubro a dezembro de 1910
46. Pedidos de janeiro a junho de 1911
47. Pedidos de julho a setembro de 1911
48. Pedidos de outubro a dezembro de 1911
49. Pedidos de janeiro a abril de 1912
50. Pedidos de maio a agosto de 1912
51. Pedidos de setembro a dezembro de 1912
52. Pedidos
53. Correspondência popular de 1914 a 1919
54. Correspondência popular de 1920 a 1929
55. Correspondência popular de 1930 a 1934
56. Cartas e envelopes
57. 102 Cartas
58. 107 Cartas
59. Correspondência Política e Oficial: 1926-1934
60. Regulamento Interno da Câmara Municipal do Crato
61. Regra dos Crucificados de Jesus Crucificado (em italiano)
62. Apostolado da Oração, etc.
63. Bispado do Cariri, Baronesa de Ibiapaba
64. Correspondência com José G. Bezerra de Menezes
65. Conde Adolpho Van Den Brule, Minas de Coxá, Dr. Geraldo Frank
66. Documentos Irrelevantes
67. Correspondência Avulsa
68. Documentos Incompletos
69. Duplicatas, Relatórios, Súplica
70. Fragmentos: 1887-1914
71. Miscelânea e Diário-visão de uma beata (Maria das Dores)
72. Recortes de Jornais: 1908-1966

NOTAS

1. *Postilas de retórica e poética*. Rio de Janeiro, 4ª ed., 1901, p. 172, **apud** PINHEIRO, Mário Portugal Fernandes: «Introdução» **in** PINHEIRO, Cônego Fernandes: *Estudos Históricos* [acrescidos de "Estudos Avulsos" e "Brasileiros Ilustres"], Rio de Janeiro-Brasília, 2ª ed.: Cátedra/INL, 1980, p. XI.

2. Agradeço ao amigo Geová Sobreira, que me cedeu alguns desses documentos do seu arquivo pessoal.

3. Para maiores informações, consultar SILVA, Pe. Antenor de Andrade (salesiano): *Os Arquivos do Padre Cícero*. Juazeiro do Norte: s/ed., 1977; do mesmo autor: *Cartas do Padre Cícero (1877-1934)*. [Dos originais

manuscritos]. Salvador: E. P. Salesianas, 1982. Consulte-se ainda: URSULINO, Ana Cristina Azevedo (org.): *Catálogo dos Telegramas do Padre Cícero*. [Resumo da correspondência ativa e passiva do Arquivo do Padre Cícero, de 1912-1916]. Fortaleza: UFC-Núcleo de Documentação Cultural (Nudoc), s/d. Ver ainda, em anexo, a lista das pastas que compõem os "Arquivos do Padre Cícero".

4. Thomaz Pompeu de Sousa Brasil Sobrinho (Fortaleza, 1880-1967) foi indiscutivelmente um reconhecido mestre da História, da Geografia, da Antropologia, da Etnografia indígena e dos assuntos do Nordeste brasileiro. Engenheiro Civil pela Escola de Minas de Ouro Preto, foi diretor da antiga Inspetoria de Obras Contra as Secas, o atual DNOCS, eleito membro do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico) em 1928, assumiu a sua presidência em 1938, substituindo o Barão de Studart, permanecendo no cargo até o ano de sua morte; foi membro e presidente da Academia Cearense de Letras, professor da Escola de Agronomia e diretor do Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Ceará. De sua ampla bibliografia constam obras como: *Pré-História do Ceará; Proto-História do Ceará; História das Secas; Esboço Fisiográfico do Ceará; A Construção do Orós; Significação de Algumas Palavras Indígenas; O Homem do Nordeste; etc.*

5. Aarão Leal de Carvalho Reis (Belém, 1853 - Rio, 1936) foi um dos pioneiros da eletrotécnica no Brasil e professor da Escola Politécnica do Rio de Janeiro; participou de várias obras ferroviárias, portuárias e de açudagem; foi diretor-geral e consultor técnico do Ministério da Viação e destacou-se sobretudo como chefe da comissão de construção de Belo Horizonte (1897), primeira grande inovação urbanística do país. Foi ainda diretor dos Correios e Telégrafos, do Banco do Brasil, da Estrada de Ferro Central do Brasil, do Loide Brasileiro e da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS).

6. Esse editorial foi integralmente reproduzido por LOURENÇO FILHO: *Juazeiro do Padre Cícero*, 3ª ed.. São Paulo: Edic. Melhoramentos, s/d., pp. 192-194. Retirei daí os trechos citados.

7. Pe. Cícero refere-se aí a Plutarco Elías Calles, que foi presidente da república mexicana de 1924 a 1928. Mas interessa assinalar também certas coincidências ou analogias com a nossa situação atual: a campanha pela reforma da Constituição, a referência à situação do México, a corrupção na administração pública, a dívida externa, a desnacionalização do nosso patrimônio, etc., conforme se verá no restante da carta.

8. O Padre usa esse termo em sua antiga acepção de órgão de deliberação coletiva, de natureza administrativa, consultiva, etc..

9. Esse fato assinalado lucidamente pelo Padre constituía (e em grande parte permanece vigente hoje) episódio característico de nossa vida política, mais ou menos institucionalizado como processo normal da transferência do poder entre os partidos, e que no

século passado era conhecido como a *derrubada*. Manoel de Oliveira Paiva fornece um quadro magistral desse processo, no seu célebre romance, de que dou a seguir apenas um trecho: "Derrubada velha, por toda parte. Voou o coletor provincial, e o coletor geral, o agente do Correio. Voaram o delegado de polícia e os subdelegados com os respectivos suplentes, os inspetores de quarteirão, os escrivães das coletorias, o promotor público da Comarca, o bacharelzinho Rabelo. Foram assim postos fora, sem motivo expresso, todos os funcionários demissíveis e nomeados, em seus lugares, pessoas do outro partido, que subira com uma sede ardente de patriotismo. Dizem que até mortos foram exonerados. O Juiz Municipal e seus

suplentes, nos diferentes termos, haviam de pular logo que findassem o quadriênio, exceto algum que virasse casaca em favorável ocasião. Para a Câmara Municipal e os juízos de paz, aí estavam as urnas, cuja voz não podia destoar dos intuits regeneradores do partido que subira. O Juiz de Direito, se inchasse, tomaria remoção ou processo perante a Assembléia Provincial. Os oficiais superiores da Guarda Nacional, reforma com eles, para ser coronelizada nova gente. E para agaloar mais patriotas, criar-se-iam ainda mais batalhões, corpos, esquadrões e seções das três armas, como exigissem os novos dungas da localidade. (...)". [Cf. PAIVA, Manoel de Oliveira: *Dona Guidinha do Poço*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1965, pp. 123-124].